

Posições Retóricas

O presidente da República tem promovido pequenas temporadas de retórica apocalíptica com resultados negativos. Coincidem em geral com os momentos decisivos de votação na Constituinte. Não se conhecem, porém, proveitos políticos desse método, que passou a adotar eventual demonstrações de valentia política que em nada contribuem para melhorar a situação.

Quando o presidente faz retórica é sinal de que as dificuldades ao seu redor aumentaram, mas o método não contribuiu ainda para melhorar as relações do Executivo com os demais Poderes. Não se registrou até hoje qualquer aumento de confiança no Governo com o tom ameaçador. A falta de designação específica de responsáveis não revigora a denúncia presidencial, na ausência de uma oposição parlamentar organizada. As acusações genéricas não definem os perigos a que se refere o Presidente, e tomam a forma de ameaças porque não designam o destinatário.

Há perigos e riscos políticos no caminho do Brasil, mas o maior de todos é a hiperinflação que se

estende como o único que ameaça de imediato o processo de transição. Não há "força desestabilizadora" mais credenciada a perturbar o Brasil do que a inflação recorde, e muito mais atuante do que qualquer greve ou ato de desobediência civil.

O presidente Sarney entende a democracia como um "estado de espírito". Pode, portanto, avaliar que o tom emocional não gera apoio político para o governo enfrentar os problemas de ordem econômica. As Forças Armadas têm um papel de natureza institucional que resguarda o seu nome e o seu prestígio. A Justiça também não se deixa envolver pelo que ~~é~~ **MAT 1988** contra a sua independência.

Não é por aí, nessa direção, que o Governo aumentará a confiança política de que precisa para convencer a nação a compartilhar sacrifícios que não mais poderão ser impostos. A nação espera por um festival, mas de autoridades. E que se traduza em credibilidade para que o Governo possa entender-se com a nação em termos de compromisso.

Segundo Mandato

Não surpreendeu ninguém a vitória de François Mitterrand no turno definitivo das eleições presidenciais francesas: as pesquisas de opinião apontavam nessa direção. Mas não deixou de chamar a atenção a margem folgada que ele obteve sobre o seu rival, Jacques Chirac.

Os franceses renderam-se, portanto, à sensação de segurança e tranqüilidade que emana do Mitterrand de hoje — a imagem, bem atraente, do líder socialista que é, ao mesmo tempo, um fino burguês à antiga.

Do outro lado, Chirac não conseguiu passar uma imagem tão bem definida — ou tão amadurecida. Seu último gesto de campanha foi a espetacular libertação de três reféns franceses que vêm de um longo cativeiro no Líbano. O timing dessa libertação parecia perfeito: as vésperas da eleição. Mas o que ninguém sabe é a que preço foi comprado este triunfo eleitoral — que não pode ter sido barato, chegando justamente num momento que parecia crucial. Os que detinham os reféns certamente não ignoravam o valor da barganha que estavam completando; mas sobre essa barganha, nenhuma explicação foi oferecida ao público interno, ou aos aliados da França a quem a questão incomodava bastante. Rompia a França, por intermédio do seu Primeiro-Ministro, o pacto internacional contra o terrorismo — pacto que até agora não conseguiu mostrar-se suficientemente consistente?

A imagem tranqüilizadora de Mitterrand — o homem que se colocou realmente acima dos partidos políticos, que soube abandonar supostos dogmas ideológicos quando assim o exigiram as necessidades

concretas da realidade francesa — pode ter parecido tanto mais atraente quanto a França parece estar num daqueles divisores de águas que marcam a passagem de uma época para outra.

Em boa parte devido à ação de Mitterrand, modificou-se sensivelmente o quadro político francês: o Partido Socialista — na versão inteiramente moderna que Mitterrand desenhou — apresenta-se como partido de governo, e não mais como um simples projeto político que tinha de disputar votos, no universo da esquerda, com os comunistas. O PCF reduziu-se a proporções mínimas.

Do lado direito do quadro é que surgem, agora, as fraturas, agravadas pelo crescimento do extremismo lepenista — e temperadas pela experiência de figuras como o ex-presidente Giscard d'Estaing. Vai-se passar algum tempo antes que, dessa direita fracionada, surja de novo um bloco político suficientemente forte para impor-se aos socialistas e neutralizar, ao mesmo tempo, uma ala extrema tornada subitamente ruidosa — semelhante ao que foi, em outros tempos, o PCF para o Partido Socialista.

Como Mitterrand é o autor desse quadro, os franceses parecem ter querido dar-lhe tempo para que complete o desenho, ou para que presida uma delicada transição. Com isso, o presidente da França vê-se encabeçando um processo quase monárquico — 14 anos na chefia do Estado, a se completar o segundo mandato. Processo que é temperado, entretanto, por um sistema parlamentar em plena vigência. Sob a liderança de Mitterrand, a França está pronta para novas transformações.

Incentivo ao

O presidente do Banco Central, Elmo Camões, conseguiu um acordo com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para garantir que a nova Constituição não dispare, como está escrito, um poderoso torpedo contra o mercado regular de ouro no país, em proveito do contrabando.

O ouro foi vítima do rolo compressor que transferiu receitas da União para os Estados, e terminou incluído como mineração tributável pelo ICM. Ora, o metal, em todas as partes do mundo, é tratado como reserva cambial e livre de impostos por um motivo muito simples: seu preço escapa a quaisquer controles internos e seu transporte contrabandeado é muito fácil. Num maço de cigarros pode-se transportar 2 quilos de ouro, cujo grama vale nada menos que CZ\$ 2.685,00 — considerando a cotação da sexta-feira passada.

A formação do preço do ouro depende do mercado internacional do próprio metal e das divisas, e não apenas do mercado interno. A faixa de

Contrabando

lucros dos operadores regulares com o ouro flutua em torno de 2% da paridade internacional, e é fácil entender que um ICM de 15% implodiria todo o sistema de comercialização do produto.

Foi a tributação equivocada no Brasil que fez a produção legal nacional cair abaixo de 20 toneladas, para uma estimativa de produção efetiva de 70 toneladas este ano. A correção dos desvios tributários que reduziu o contrabando pode sucumbir a uma febre de arrecadação que terminará sem beneficiar os Estados, pois estes verão como espectadores o metal escapar pelas fronteiras.

O presidente da Constituinte, ao assumir o compromisso de corrigir as distorções, sabe perfeitamente que se prevalecer o ICM no ouro o país irá perder reservas cambiais a partir do dia seguinte em que o texto for divulgado. O pior dos estigmas que essa Constituição poderia ter seria, certamente, o de incentivo à evasão de divisas e instrumento da volta alegre e vertiginosa do contrabando.